

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/06/2016

- [Voluntários podem apadrinhar crianças em abrigos através do Judiciário](#)
- [Polícia prende casal acusado de adotar criança de forma ilegal](#)
- [Drama na educação - Crianças passam de ano sem saber ler e escrever](#)
- [Projeto de atenção a primeira infância chega à Floresta Estadual de Maués](#)
- [56% dos bebês comem alimentos ultraprocessados, diz pesquisa](#)
- [O que pode ser feito para enfrentar o cyberbullying, violência potencializada pela internet](#)
- [Com apoio de tribunal paraibano, presídio feminino reforma berçário](#)
- [MPPE conquista o segundo lugar no Prêmio Comunicação e Justiça](#)
- [Conheça o Projeto de Lei 3792/2015 pela escuta protegida](#)
- [Pacto Global da ONU no Brasil realiza seminário online sobre combate ao trabalho infantil](#)

Assunto: Voluntários podem apadrinhar crianças em abrigos através do Judiciário

Fonte: Portal Alagoas 24horas

Data: 21/06/2016



Tribunal de Justiça de Alagoas

O juiz Ygor Vieira de Figueiredo, titular da 28ª Vara Cível de Maceió – Infância e da Juventude, instituiu o Projeto de Apadrinhamento, por meio da portaria Nº 02/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) desta segunda-feira (20). A iniciativa visa assegurar a reintegração social de crianças e adolescentes que estão em casas de adoção.

O projeto foi criado com o objetivo de

levar mais consciência da vida real e social para as crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional, visto que, na maioria das vezes, elas ficam limitadas à realidade da instituição.

O texto do projeto considera que “a lembrança que [a criança ou adolescente] conserva, e que mais se aproxima do conceito de família, é uma história de abandono e de sofrimento e ao completarem a maioridade são entregues à própria sorte. É necessário estabelecer alternativas de reintegração social para estas crianças, permitindo a construção de ligações externas e um referencial quando de sua saída da instituição de abrigo”.

Para se cadastrar, o padrinho deverá levar os documentos necessários para o tipo de apadrinhamento desejado, junto com a ficha de inscrição preenchida, disponível abaixo, e também no Fórum da Infância e da Juventude da Capital, localizado na rua Helio Pradines, n.º 600, Ponta Verde.

Tipos de padrinhos

Os interessados em participar da ação poderão escolher entre as três modalidades de padrinhos, são elas: afetivo, financeiro ou social.

O padrinho afetivo é aquele que visita regularmente a criança ou o adolescente, podendo levá-lo para passar finais de semana, feriados ou férias escolares em sua companhia, proporcionando a vivência social e afetiva através da convivência familiar. O padrinho deve ser voluntário, maior de 18 anos, e ter 16 anos de diferença sobre a idade do afilhado afetivo.

Já o padrinho financeiro é aquele que dá suporte material ou financeiro à criança ou adolescente, seja com doações, patrocínio de cursos profissionalizantes, reforço escolar, prática esportiva e até mesmo contribuição mensal em dinheiro.

A terceira modalidade é o padrinho profissional, que disponibiliza seu trabalho voluntariamente para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Como exemplo, um cabeleireiro pode oferecer serviços de cortes de cabelo às crianças de casas de adoção.

Documentação

Para a inscrição como padrinho afetivo:

- Ficha de cadastro devidamente preenchida, também disponível na Vara da Infância e da Juventude;
- Cópias da identidade, CPF e comprovante de residência;
- Atestado médico de sanidade física e mental, assinado por clínico geral ou psiquiatra e atestado de idoneidade moral, assinado por duas pessoas.

Para a inscrição como padrinho financeiro ou profissional:

- Pessoas jurídicas:

a) Preenchimento de Ficha de Inscrição pelas citadas instituições e empresas que será disponibilizada na Vara da Infância e da Juventude;

b) CNPJ atualizado;

c) Ata da última assembleia onde conste nomes e números dos documentos pessoais da atual diretoria.

- Pessoas físicas:

a) Ficha de cadastro devidamente preenchida que será disponibilizada na Vara da Infância e da Juventude;

b) Cópias da identidade, CPF e comprovante de residência;

c) Exclusivamente para a prestação de serviço, é necessário ainda: apresentar comprovação de habilitação legal para o exercício da profissão, quando for o caso; atestado médico de sanidade física e mental, assinado por clínico geral ou psiquiatra; e atestado de idoneidade moral, assinado por duas pessoas.

Assunto: Polícia prende casal acusado de adotar criança de forma ilegal

Fonte: Jornal Extra SC

Data: 21/06/2016



O caso foi denunciado pelo Ministério público e investigado pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI) da 10ª Regional de Caçador.

A Polícia Civil de Caçador prendeu nesta quinta-feira, 17, na cidade de Curitiba (PR) o casal Thiago Abiezer Pave e Rafaela Pereira Venâncio Pave, acusados de adotar de forma ilegal uma criança recém-nascida em Caçador. O caso foi denunciado pelo Ministério público e investigado pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI) da 10ª Regional de Caçador.

De acordo com o Delegado Eduardo Mattos, a suspeita era de que o casal tivesse realizado uma Adoção Direta, também conhecida como Adoção à Brasileira, fato por eles negado em inquirição feita quando ainda estavam no município há cerca de sete meses.



Thiago Abiezer Pave e Rafaela Pereira Venâncio Pave são acusados de adotar de forma ilegal uma criança recém-nascida em Caçador e aplicar golpe financeiro em uma empresa

Não convencida com os depoimentos do casal e da verdadeira mãe, a polícia permaneceu investigando e conseguiu comprovar que a mãe teria efetuado a entrega do recém-nascido no mesmo dia que teve alta hospitalar após o parto.

Diante das evidências, a juíza da Vara de Infância determinou que a criança fosse recolhida ao abrigo do estado e que o casal fosse preso, no entanto, eles haviam se mudado para Joinville e, posteriormente, para outro rumo ignorado não sendo possível sua localização.

Segundo o delegado, durante as investigações, a polícia descobriu que quando ainda estavam em Caçador, Rafaela teria aplicado um golpe financeiro na empresa onde trabalhava no valor aproximado de R\$ 60 mil e que marido teria a auxiliado.

Depois de descobrir o paradeiro dos acusados e com os mandados em mãos, policiais de Caçador se deslocaram até a capital paranaense onde com o auxílio de policiais de lá, efetuaram a prisão do casal.

Ainda de acordo com informações do delegado, Thiago deve ser indiciado pelos art. 242 e 155 do Código Penal que prevê pena de 2 a 6 anos de reclusão e Rafaela pelos art. 155 e 172 que prevê pena de 2 a 4 anos.

Já a mãe vai responder pelo art. 238 do Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê pena de 1 a 4 anos e multa.

Assunto: Drama na educação - Crianças passam de ano sem saber ler e escrever

Fonte: Portal Andi

Data: 21/06/2016



Aos 8 anos, João terminou a alfabetização em uma escola pública. Passou de ano, mas, ao contrário do que se esperava, só conseguia ler bem textos curtos, não sabia escrever e a matemática era um problema gigante. João cresceu e seguiu estudando, passando de ano, apesar de um ou outro percalço. Prestes a entrar no mercado de trabalho, o agora rapaz teve uma surpresa: foi reprovado na sua primeira entrevista de emprego. O motivo: problemas de leitura, escrita e matemática, que poderiam ter sido resolvidos ou nem existir se tivesse uma alfabetização melhor.

João é um personagem fictício, mas representa milhões de crianças que saem da alfabetização sem aprender a ler, escrever ou calcular adequadamente.

Segundo dados de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização, do MEC, 22% dos alunos de 8 anos não sabiam ler adequadamente, 35% não sabiam escrever e 57% não sabiam o básico de matemática. Crianças que levam para suas trajetórias escolar e profissional o problema silencioso da educação brasileira.

Para a doutora em educação e professora da Ufes Cleonara Schwartz, é preciso entender que alfabetizar não é só ensinar a decodificar um texto. Ela defende que a escola forme leitores críticos e que entendam que o que se está lendo não serve apenas para passar de ano. “Esse não vai ser um jovem que vai se contentar com o texto. Vai ser capaz de contrapor, criticar, entender melhor, de ir além do que está sendo oferecido”, diz.

Cleonara ressalta que muitas vezes o aluno acaba passando de ano porque consegue “captar” o que é preciso para passar nas provas. “Se a escola cobra que ele aja assim ou assado, o aluno vai passar porque ele é esperto. Ele passa, mas lá fora ele não consegue porque a coisa muda de figura”, diz.

Sem “decoreba”

O professor doutor Ítalo Curcio, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, aponta uma questão semelhante em matemática. “A matemática nesse nível é uma linguagem. A memorização de técnicas pode funcionar com um ou outro, mas não está sendo condicionado a assimilar o conceito. Ele sabe que 3 vezes 2 é 6, mas não que isso é o mesmo que dois feijões, mais dois feijões, mais dois feijões”, diz.

A coordenadora-geral do movimento Todos Pela Educação, Alejandra Meraz Velasco, destaca que um olhar mais detalhado sobre os dados traz outra constatação preocupante: “A desigualdade social já está presente nesse momento. Quando a criança é pobre, negra... Só

reduzindo a desigualdade que a gente vai conseguir ter um desempenho melhor como país e conseguir melhorar outros indicadores. O crescimento econômico é altamente dependente da educação”, frisa.

Consequências

Para a mestre em educação e comentarista da Rede CBN, Ilona Becskeházy, a preocupação com a educação é invisível no dia a dia diante das urgências que se têm na sociedade, como a crise econômica.

“A gente já sente as consequências de uma educação de péssima qualidade em várias coisas, como com o desalento dos jovens, a baixa produtividade da mão de obra brasileira e o desemprego entre os jovens – que mesmo quando a gente estava em um período de crescimento tinha 25% dos jovens que nem estudavam e nem trabalhavam. A geração nem vem disso, de você não saber o que fazer com os seus dotes mentais”, ressalta.

“Isso faz com que a gente sofra em vários sentidos, na economia, nas relações humanas. Na capacidade de produção e de escolha profissional dos brasileiros. Há os que chegam na faculdade assim”, completa Ilona.

Alejandra Meraz Velasco, revela que uma pesquisa realizada pelo Todos Pela Educação – que ouviu jovens acima da média no Enem, além de professores de ensino superior e empregadores desses jovens – constatou que muitas das habilidades que faltam a eles foram abordadas no ensino fundamental, como a capacidade de escrever para diferentes públicos com vários objetivos, a capacidade de comunicação e outros assuntos.

Secretário: “Escola de hoje já não dá conta”

“Do jeito que a escola funciona hoje ela não dá conta. É preciso mudar a organização da escola, e isso começa pelo currículo”. É o que defende o secretário de Estado da Educação Haroldo Rocha.

Ele destaca que, num passado recente, a preocupação do Brasil era construir escolas para atender a todos. Hoje deve ser com a qualidade do ensino. Citando exemplos como o programa Escola Viva, do governo do Estado, ele destaca que o começo dessa reorganização deve ser feito pelo currículo.

O secretário frisa que o Estado implantou o programa Sedu Digital que inclui uma plataforma com videoaulas, apresentações e jogos educativos, entre outras atividades. Para ele, isso torna o aprendizado mais agradável.

“A tendência da escola é evoluir nesse sentido. Antes o professor dava a aula e passava uma pesquisa. Hoje, temos plataformas que juntam o conteúdo que faz sentido, ou seja, o realmente útil para o aluno, e o alinham. Também criam planos de estudos personalizados. A ideia é que com uma orientação básica o menino estude e debata na escola o que pesquisou. Isso muda a organização da sala de aula. Essa é a visão da escola do futuro. A sala de aula invertida”, diz.

Sobre a alfabetização, Haroldo destacou o Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, que também é aplicado no Estado. “É um programa de material didático adequado, formação intensiva de professores pelos próprios professores e um regramento da escola de como as

coisas têm que funcionar, e os meninos aprendem. Não demanda gigantescos investimentos. É um jeito de trabalhar com materiais adequados e professores treinados para isso”.

Professor deve conhecer como é a família do aluno, diz especialista

Para ter melhores resultados na alfabetização e também nas outras etapas do ensino, o professor deve conhecer o perfil dos seus alunos e, se possível, também o da família deles. É o que diz o doutor em educação e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Ítalo Curcio.

“Talvez por falta de preparo, alguns professores pecam em elementos básicos. Não conhecer o perfil dos alunos, por exemplo. Primeiro de tudo, ele tem que conhecer. É uma estratégia. Se possível ter informações também do perfil familiar e aplicar uma avaliação diagnóstica para saber com que tipo de aluno ele vai trabalhar, de que forma ele deve receber o conteúdo”, explica.

Segundo Curcio, isso traz vantagens, entre elas a de saber que vocabulário e exemplos o educador pode usar. “O professor não deve usar vocabulário chulo, que escandalize a classe, mas tem que ser popular para que o aluno o entenda”, detalha.

Ele diz que é preciso adotar também aulas experimentais e dinâmicas de grupo. “Não pode ficar na teoria e o aluno ficar memorizando. Mesmo a criança quer saber para o que que serve”.

Para Curcio, um dos problemas que existe na educação é a falta de capacitação constante do professor. “Infelizmente nas redes públicas, a maioria tem carga elevada de aula. Tem pouco tempo para se atualizar. O professor parou no tempo. Saiu da universidade, não se atualiza mais. Imagina um médico que se formou e não se atualiza? ”, compara o professor universitário.

Na avaliação de Curcio, é preciso saber o quanto o professor pode contar com a família. Ele elogiou atividades como as do projeto “Mala Viajante”, da Escola Laranjeiras, mas disse que é preciso contar com os pais.

“Algumas escolas aqui em São Paulo fazem reunião de pais no final de semana. Algumas oferecem inclusive EJA (Educação de Jovens e Adultos) e, aí, pais que não eram escolarizados, voltam a estudar”, destaca.

Formação

Na avaliação da mestre em educação e comentarista da CBN Ilona Becskeházy, é preciso exigir mais dos cursos que formam professores no Brasil. Para ela é necessário tomar uma decisão política importante depois da aprovação da Base Nacional Comum Curricular.

“Temos que fazer uma nova diretriz na formação de professores. Temos que reestruturá-la por completo. Os instrumentos de repasse de verba, como o Fies e o Prouni, devem ser usados para apertar as universidades privadas para que formem profissionais excelentes. Além disso, não pode deixar mais espaço no mercado para existir curso noturno. Se for necessário dar bolsa para as pessoas estudarem para serem professores, vamos fazer esse investimento”, defende.

“É uma decisão política, econômica e técnica. O professor vai ser formado lendo muito, escrevendo muito, acabando com a educação básica de má qualidade que ele teve até que a educação básica seja de boa qualidade”, completa.

Assunto: Projeto de atenção a primeira infância chega à Floresta Estadual de Maués

Fonte: Portal Andi

Data: 21/06/2016



O Projeto Primeira Infância Ribeirinha (PIR) chegou à Floresta Estadual (Floresta) Maués. A solenidade de início das atividades aconteceu na sede do município nesta semana, reunindo agentes comunitários de saúde, lideranças ribeirinhas e secretários dos municípios. A expectativa do projeto é atender diretamente 400 crianças da zona rural de Maués, com apoio da Johnson & Johnson, a Secretaria de Estado da Saúde (Susam), a Fundação Bernard van Leer e a Prefeitura de Maués (356 km de Manaus).

O PIR tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos cuidadores das crianças, fortalecendo o vínculo entre os pais e os e filhos, além de desenvolver competências dos agentes comunitários de saúde. A metodologia, que teve início na RDS do Rio Negro, consiste na capacitação de agentes comunitários de saúde, que, munidos de modelo de visitação elaborado pelo projeto, realizam acompanhamento da evolução das crianças desde a gestação até os seis anos de idade.

"A grande proposta é uma nova metodologia de trabalho em desenvolvimento infantil, valorizando a família, a criança e a comunidade. Após o lançamento da política pública [Primeira Infância Amazonense, pelo Governo do Estado], o PIR vem atingindo cada vez mais comunidades, envolvendo um maior número de agentes comunitários de saúde em regiões mais isoladas", explica a coordenadora do projeto, Rhamilly Amud.

Uma das agentes beneficiadas pela iniciativa, Clarisse Almeida, atua na comunidade Monte Sinai, no Rio Parauari. Para ela, além de melhorar a atenção básica às comunidades, a entrada do PIR empodera os agentes comunitários.

"É muito gratificante para nós ACSs participar dessa formação do PIR, pois traz empoderamento para os agentes comunitários, levando informações para o povo ribeirinho com o modelo de visitação", destaca Clarisse.

Em julho, será elaborada uma linha de base do projeto em Maués, que realiza um diagnóstico da situação atual na área de primeira infância nas comunidades ribeirinhas. Esta será a primeira fase prática do projeto. Em seguida, será realizada a capacitação dos agentes comunitários de saúde e o atendimento às crianças e gestantes moradoras da unidade de conservação.

O PIR visa a promoção do desenvolvimento integral da criança, desde a gestação até os seis anos de idade, por meio da integração das Políticas Públicas desenvolvidas no âmbito da saúde, educação e assistência social do estado e dos municípios, e é baseado no Projeto

Primeira Infância Ribeirinha (PIR), desenvolvido pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM) e Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).

Assunto: 56% dos bebês comem alimentos ultraprocessados, diz pesquisa

Fonte: Portal Andi

Data: 21/06/2016



A alimentação de crianças brasileiras entre 6 e 23 meses ainda requer atenção especial. Pesquisa realizada com os pais de 38.566 crianças nessa faixa etária em Unidades Básicas de Saúde de municípios de todo o País mostra que apenas 14% delas consumiram alimentos ricos em ferro no dia anterior à consulta, enquanto 56% ingeriram algum tipo de comida ultraprocessada.

Em relação ao aleitamento materno, cuja orientação dos especialistas é de que seja continuado até os dois anos de idade, apenas 53% haviam sido amamentados antes da pesquisa. Os dados fazem parte do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde, referentes ao ano de 2015, e reforçam a preocupação do órgão com medidas para garantir uma alimentação saudável nessa fase de desenvolvimento.

"Devemos fazer uso de alimentos in natura ou minimamente processados na base da alimentação. Nesse sentido, entendemos que o aleitamento materno deve ser continuado até os dois anos de idade ou mais, garantir uma alimentação adequada e variada, com presença de alimentos ricos em ferro e vitamina A, por exemplo. Já o consumo de alimentos ultraprocessados, como hambúrguer, embutidos, macarrão instantâneo, biscoitos e bebidas adoçadas devem ser evitados. Encontrar percentuais tão elevados nessa faixa etária é algo bastante preocupante", alerta Sara Araújo, nutricionista da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

O consumo de alimentos como biscoito recheado, macarrão instantâneo e bebidas adoçadas também apresentaram resultados elevados, com índices de 32%, 27% e 40%, respectivamente. Por outro lado, 63% das crianças comeram alimentos ricos em vitamina A, o melhor resultado entre os itens pesquisados.

O uso de ultraprocessados, ricos em açúcar, sódio e gorduras é um dos principais motivos para a ocorrência do excesso de peso, que apresentou crescimento expressivo nos últimos anos em todas as faixas etárias no Brasil.

A nutricionista explica que os períodos mais críticos para o desenvolvimento da obesidade estão na primeira infância e na adolescência. "Quando a obesidade se manifesta na infância, o risco de se tornar um adulto obeso é aumentado. Há evidência de que, a partir dos seis anos, aproximadamente, uma a cada duas crianças obesas torna-se um adulto obeso, enquanto apenas uma a cada dez crianças não obesas alcança o mesmo desfecho quando adulta."

Cuidados

O aleitamento materno é a melhor opção de alimentação para crianças pequenas e é recomendado de forma exclusiva até os seis meses de vida, devendo ser complementado após essa idade, com a introdução de outros alimentos, mantendo-se a amamentação até os dois anos ou mais.

A partir dos seis meses, as necessidades nutricionais da criança passam a não ser mais atendidas só com o leite materno, embora esse ainda continue sendo uma importante fonte de energia e nutrientes. Então, mesmo recebendo outros alimentos, a criança deve continuar mamando no peito até os dois anos ou mais.

Como a criança nasce com preferência para o sabor doce, a adição de açúcar a preparações é desnecessária e deve ser evitada nos primeiros anos de vida. Assim, alimentos como bolos preparados com açúcar e alimentos processados, como atum em lata, sardinha em lata e frutas em calda, devem ser evitados.

Na alimentação complementar, devem ser incluídos nas refeições ofertadas para as crianças, alimentos in natura ou minimamente processados. Alimentos in natura são obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza.

Para garantir a alimentação saudável nessa faixa etária, o Ministério da Saúde acompanha os resultados de levantamentos com o objetivo de criar políticas capazes de melhorar a situação apresentada. As recomendações oficiais do órgão estão no Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos, que traz orientações completas aos pais.

Assunto: O que pode ser feito para enfrentar o cyberbullying, violência potencializada pela internet

Fonte: Promenino

Data: 21/06/2016

Promenino



Por Cecília Garcia, do Promenino, com Cidade Escola Aprendiz

Pesquisadores londrinos acreditam que o cérebro não está plenamente formado até os 25 anos, o que poderia justificar comportamentos inconsequentes e atos impensados na adolescência. Pensando nas consequências da impulsividade na vida social, a norte-americana Trisha Prabhu, com apenas 14 anos, criou o software ReThink. O programa serve como um freio emocional: se o usuário de um computador ou smartphone digita uma palavra ofensiva, o software age, soltando a pergunta: “Essa mensagem pode ser ofensiva para os outros. Você gostaria de parar, revisar e repensar antes de postar?”.

Segundo levantamento do IBGE realizado em 2015, 20,8% dos estudantes já praticaram algum tipo de bullying, que é a violência verbal, psicológica e física que alguém pode sofrer, presencial ou virtualmente. Trata-se de uma violência recém-mensurada: foi somente nos anos 1970 que estudiosos se atentaram para os desdobramentos que brincadeiras de mau gosto feitas na escola poderiam ter na formação do indivíduo. “Começou-se a perceber que aquilo não era uma brincadeira, e sim um padrão de agressão, e que se não fosse devidamente considerado, ele poderia se cristalizar e ser levado para a vida adulta”, explica a psicóloga Maria Tereza Maldonado. Ali surgiam os primeiros programas de combate ao bullying no ambiente escolar.

Quando a internet se configura como novo território de cidadania digital, onde são construídas e mantidas as relações, as violências migram do plano físico para o virtual. O que não as torna mais amenas – o anonimato potencializa agressões a um nível difícil de mensurar. É o cyberbullying. “Protegido pelas telas, a maioria das pessoas se sente com mais audácia para ofender, ameaçar ou intimidar do que teria coragem de fazer cara a cara”, completa a psicóloga. Atingido uma plateia imensurável, ele também se diferencia por sua periodicidade.

Se quando ocorrido na escola ele se restringia ao espaço físico, a internet permite a continuidade da humilhação e exposição. “A vítima fica em estado de angústia e de tensão, sem saber de onde virá o próximo ataque.”

A vítima do cyberbullying em geral é a mesma do bullying presencial: pertence a grupos alvos de preconceito social, com características físicas ou sociais que não se enquadram em padrões convencionais. Para que aconteça um cenário de violência, são três os agentes – a vítima, o agressor e a plateia, que apoia as ações do agressor ou as ignora, também não as impedindo. No cenário virtual, a plateia não pode ser contada. Indivíduos que não necessariamente fazem parte do círculo social da vítima ou do agressor podem propagar a violência à velocidade de um clique.

“Precisamos desenvolver uma inteligência social, de relacionamentos. Caso contrário, o controle da impulsividade não se completa, e isso tem consequências graves”, reforça Maria, referindo-se a reflexão que o indivíduo deveria fazer antes de expressar uma violência diante de uma situação que a perturba ou com a qual não concorda. Em 2015, entrou em vigor em a lei 13.185, que obriga escolas a ter um programa de combate a intimidação sistemática. “Não é uma conversa de vez em quando, é um programa contínuo para trabalhar a qualidade de relacionamento. Isso abrange toda a rede de violações, quem está fazendo, quem está sofrendo e quem está observando”, diz.

Também é papel dos responsáveis o monitoramento do tempo que seus filhos passam logados. “O uso responsável da tecnologia deve perpassar pelo respeito, e isso é responsabilidade da escola e também da família”. A psicóloga atenta também para o alto nível de violência entre os próprios adultos nas redes sociais, onde são criadas verdadeiras “redes de ódio”. Cyberbullying é um crime previsto por lei e basta levar as acusações a uma delegacia que o agressor terá que responder judicialmente pelo o que escreveu ou postou.

Se nas redes se encontram os problemas, também nela podem ser criadas soluções de enfrentamento. A plataforma criada por Trisha é uma resposta virtual efetiva quanto a atos de impulsividade. O aplicativo Professor Garfield utiliza-se da ludicidade para conscientizar sobre a violência escolar e como evitá-la. No Brasil, jovens estudantes de Santos criaram o aplicativo For You, onde meninas que passaram pelo slut-shaming – a violência que acontece depois que fotos íntimas são divulgadas. “Acredito que os aplicativos são uma iniciativa muito válida. O que temos visto nas redes são postagens e comentários desrespeitosos, e temos que combatê-los”, finaliza a especialista, reforçando os apps como exemplos que fortalecem as boas práticas de cidadania digital.

Assunto: Com apoio de tribunal paraibano, presídio feminino reforma berçário

Fonte: CNJ

Data: 21/06/2016



Um novo berçário para as reeducandas mães e seus bebês do presídio feminino Júlia Maranhão, em João Pessoa (PB), foi entregue na terça-feira (14/6). O espaço, que foi ampliado e reformado, conta agora com sete berços, 14 camas, armários, prateleiras, cantina, lavanderia, banheiro e janelas, além de um novo revestimento e pintura. O evento teve a participação do presidente do Tribunal de

Justiça da Paraíba (TJPB), desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. “Fico satisfeito de ver o melhoramento deste equipamento, através do empenho e parcerias de todos que se envolveram para operar este benefício para as mães que cumprem pena e seus filhos”, afirmou.

A estrutura do novo berçário minimiza dificuldades enfrentadas pelas mães presas, que têm filhos na prisão, segundo o secretário de Administração Penitenciária da capital, Wagner Dorta. “É muito forte para o indivíduo já nascer em condição de encarceramento. Mas, aqui, as mães terão uma melhor estrutura e os bebês contarão com um ambiente mais agradável, para suavizar o fato de já precisarem estar aqui”, declarou.

Humanização - De acordo com a diretora da Penitenciária Feminina, Cinthya Almeida, as acomodações eram bastante modestas e a reforma atenderá, atualmente, seis mães com seus bebês, e, em breve, outras cinco reeducandas prestes a dar à luz. “Isso significa mais qualidade de vida, humanização para este período em que a criança fica no presídio e melhoria na relação mãe e filho”, disse.

Uma das idealizadoras da reforma no berçário, a juíza das Execuções Penais da capital, Andrea Arcoverde, celebrou o resultado. “Percorro todos os presídios ao menos uma vez por mês. Não para apontar as falhas do sistema, mas na busca de oferecermos melhorias e

soluções possíveis para amenizar os problemas. A entrega deste berçário é feita com muita alegria”, afirmou.

A obra foi fruto de uma parceria entre a Administração da Penitenciária, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado; Vara das Execuções Penais da capital (com apoio do TJPB); e Fundação Solidariedade - Ponto Focal PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Estado da Paraíba, presidida pela empresária Beatriz Ribeiro.

Assunto: MPPE conquista o segundo lugar no Prêmio Comunicação e Justiça

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 21/06/2016



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) conquistou o segundo lugar do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2016, na categoria Campanha de Comunicação de Interesse Público, com a campanha institucional Humanização do parto. Nasce o respeito. Na mesma categoria concorreram a *Campanha de combate ao trabalho infantil*, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (1º lugar), e a campanha *João Cidadão: seja grande como os seus direitos*, desenvolvida pelo Conselho Nacional do

Ministério Público (3º lugar).

A entrega dos prêmios aos vencedores ocorreu no encerramento do XII Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça, realizado em Belém (PA), nos dias 16 e 17 de junho.

“Nos sentimos vitoriosos com o êxito de mais um projeto bem avaliado do Ministério Público de Pernambuco, Humanização do Parto, que se identifica com a nossa atuação em defesa da coletividade. Tenho a certeza de que estamos no caminho certo, com uma campanha destacada nacionalmente e mostrando à população que o parto humanizado não pode ser colocado em segundo plano”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda.

A campanha Humanização do parto. Nasce o respeito promoveu ações de comunicação para sensibilizar a sociedade, especialmente as mulheres gestantes e seus familiares, profissionais de saúde, gestores públicos e integrantes do Ministério Público sobre os direitos de todas as pessoas que vivenciam o nascimento de uma criança.

“Essa campanha está extremamente alinhada com os mais atuais desafios da saúde e com os Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU. Esperamos que esse engajamento continue entusiasmando a todos, na sociedade e dentro do MPPE, para tornarmos o nascimento um momento sublime na vida das pessoas”, salientou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, Édipo Soares.

Todas as ações de comunicação fazem parte do projeto institucional Humanização do Parto, que também realizou encontros regionais com integrantes do MPPE, profissionais da saúde e a sociedade civil em várias cidades pernambucanas e disponibilizou apoio técnico aos promotores de Justiça com atuação na Defesa da Saúde.

“O alcance e a dimensão que a campanha tomou mostram que este é um tema que interessa a todos nós, cumprindo com a missão institucional do Ministério Público de promover a cidadania”, afirmou a líder do projeto Humanização do Parto, promotora de Justiça Maísa Melo.

Idealizada com base em conceitos como empoderamento, sensibilização, acolhimento da criança e esclarecimento da mulher, dos seus familiares e dos profissionais de saúde, a campanha contou com diversos canais de divulgação. Ao todo foram compostas 9 mil cartilhas informativas, 4 mil folders, 2 mil cartazes, 30 peças de outbus e várias postagens sobre o tema na página do MPPE no Facebook. Somente na rede social, quase 87 mil pessoas foram atingidas desde o lançamento da campanha, em maio de 2015. A postagem sobre a cartilha foi a mais compartilhada da história da página do MPPE, segundo o relatório do próprio Facebook.

Outro diferencial da campanha foi uma exposição fotográfica itinerante, que percorreu as cidades do interior do Estado junto com os encontros regionais realizados em 2015 e depois foi levada a locais de grande circulação, como faculdades da Região Metropolitana do Recife. As imagens, que ilustram a exposição e as peças da campanha Humanização do Parto. Nasce o respeito, foram tiradas em situações reais de partos realizados em unidades de saúde e foram cedidas por mulheres que apoiaram a causa.

Assunto: Conheça o Projeto de Lei 3792/2015 pela escuta protegida
Fonte: Childhood
Data: 21/06/2016



Apresentado pela Frente Parlamentar de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e tendo como autora principal a deputada Maria do Rosário (PT-RS), o Projeto de Lei 3792/2015 foi liderado, ainda em 2015, pela Childhood Brasil, UNICEF e outros parceiros, como o sistema de justiça, segurança pública e serviços de atendimento.

Mais conhecido como projeto pela escuta protegida, voltou ao debate público nas últimas semanas após o caso de estupro coletivo contra uma menina no Rio de Janeiro. Por conta da indignação com a história, protestos foram articulados ao redor do país e um manifesto pela proteção às vítimas foi lançado pela Think Olga em parceria com a Childhood Brasil, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Artemis. Tudo isso levou a pautar o PL protocolado na Câmara dos Deputados em 2015.

O PL tem como objetivo proteger crianças e adolescentes após a revelação da violência sofrida. A sua principal proposta é a da escuta integrada, ou seja, uma escuta única nos serviços de atendimento e uma escuta na fase de judicialização. Além disso, o PL propõe a qualificação dos profissionais que vão escutar a criança ou o adolescente numa metodologia de entrevista pensada para vítimas de violência e adotada por diferentes países e a integração dos serviços, buscando evitar sua revitimização.

Consequentemente, é necessário que a sociedade civil mantenha a pressão aos órgãos responsáveis para que a proposta se torne lei no país e que as crianças, os adolescentes e, em especial, as mulheres – as maiores afetadas em relação à violência – sejam protegidos em todos os sistemas. O PL, se aprovado com celeridade, será um grande avanço em relação à proteção das vítimas de violência.

Assunto: Pacto Global da ONU no Brasil realiza seminário online sobre combate ao trabalho infantil

Fonte: ONU

Data: 21/06/2016



No dia 29 de junho, às 11h, a Rede Brasil do Pacto Global vai promover um seminário online para suas empresas signatárias sobre o papel do setor privado no combate ao trabalho infantil. O objetivo é fornecer conhecimentos e apoiar organizações parceiras em ações que podem erradicar essa prática das cadeias produtivas.

A iniciativa é organizada pelo Grupo Temático de Direitos Humanos e Trabalho da versão brasileira do Pacto Global.



Um menino na Indonésia carrega instrumentos tradicionais usados para cozinhar. No mundo, 168 milhões de jovens estão submetidos ao trabalho infantil

Com 168 milhões de crianças ainda submetidas ao trabalho, todos os setores — da agricultura à fabricação, dos serviços à construção — correm o risco de que o trabalho infantil esteja presente em sua estrutura. O Princípio nº 5 do Pacto Global recomenda às empresas signatárias “erradicar todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva”.

Em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Internacional de Empregadores, a iniciativa criou a Ferramenta de Orientação Trabalho Infantil — com informações para que empresas aumentem sua capacidade de realizar negócios seguindo as normas internacionais do trabalho sobre as atividades produtivas envolvendo crianças e jovens.

A ferramenta se baseia na longa experiência do Programa Internacional da OIT para a Eliminação do Trabalho Infantil — que trabalhou em colaboração com os empregadores para combater esta prática nas cadeias produtivas —, além de incorporar contribuições de uma ampla variedade de corporações.

O Pacto Global e a OIT mantêm ainda uma Plataforma sobre o Trabalho Infantil — que busca identificar obstáculos à implementação das convenções da OIT sobre a prática ilegal.